



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA-EXECUTIVA**

ATA DE REUNIÃO

ATA DA 4ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO TÉCNICO, INSTITUÍDO PELA PORTARIA N.º 2 DE 5 DE JANEIRO DE 2023, PARA RECRIAÇÃO DO PROGRAMA PRÓ-CATADOR.

No dia dezesseis de janeiro do ano de dois mil e vinte e três, Secretária-Executiva Adjunta da SGPR, Tânia Maria de Oliveira, reuniu-se na sala 98, do 4º andar do Palácio do Planalto, em Brasília/DF, com representantes dos Ministérios e Acadêmicos e pesquisadores do tema, para realizar a 4ª reunião do grupo técnico de trabalho instituído pela portaria n.º 2 de 5 de janeiro de 2023, para recriação do Programa Pró Catador. Estavam presentes: representando o Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Sotera e Sabrina Andrade dos Santos; representando o Ministério do Desenvolvimento Social Iara Monteiro de Attuch; representando o Ministério das Cidades Sérgio Delduque; representando o Ministério do Trabalho e Emprego Niro Barrios; Foram convidados para participar da reunião Francisco das Chagas Santos do Nascimento e Thaís Ribeiro, servidores públicos do Ministério dos Direitos Humanos; Ana Paula Bernardes, Professora do curso de Logística reversa no MBA de Saneamento da Fundação Escola de Sociologia e Política, Coordenadora Técnica do MBA de Economia Circular da Escola de Sociologia e Política em Conjunto com a Universidade nova de Lisboa; e Antonio de Maia e Pádua, Defensor Público Federal Coordenador do Grupo de Trabalho Catadoras e Catadores de Recicláveis da Defensoria Pública da União (GTC DPU). Participaram virtualmente Valéria Pereira Bastos, Mestre e Doutora em Serviço Social, é Professora do Departamento de Serviço Social PUC-RIO, Líder do Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Socioambientais e Comunitários - GRIPES. Pesquisadora na categoria Jovem Cientista do Nosso Estado apoiada pela Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ - Pesquisadora na área socioambiental, com estudos voltados para o processo de trabalho de catadores e catadoras de materiais recicláveis, e a política pública de resíduos sólidos, racismo ambiental dentre outras; Fernanda Goes, Técnica de Planejamento e Pesquisa (TPP) - Coordenação de Estudos de Igualdade de Gênero, Raça e Gerações do IPEA; Sandro Silva, Técnico de Planejamento e Pesquisa Diretoria de Estudos e Políticas Sociais – Disoc/Ipea; Pedro Henrique Isael Silva, Sociólogo e professor do Instituto Federal de Brasília; Jorge Alfredo Streit, Professor universitário - Docente no Mestrado Profissional em Administração no Centro Universitário Alves Faria (Unialfa); e Ana Virgínia Moreira Gomes, Doutora em Direito do Trabalho (USP) e professora do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional e do Curso de Direito da Universidade de Fortaleza. Acompanharam a reunião assessorando a Secretária Adjunta, Renata Davilla, Procuradora Federal, Mariana Lôbo Espineira, assistente jurídica, Lea Rocchi, servidora pública, e Nara Maubrigades, gerente de projetos, que secretariou a reunião.

A Secretária Adjunta abriu a reunião apresentando o GT e as reuniões já realizadas com os grupos anteriores. Solicitou em seguida, apresentação dos acadêmicos convidados. Iniciadas as apresentações, o professor Pedro Isaac relatou sua experiência acadêmica e profissional com catadores e catadoras de materiais recicláveis, inclusive com as políticas



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA-EXECUTIVA**

criadas pelo programa Pró-Catador. Em seguida, Valéria Bastos, informou que trabalha com catadores desde 1996, e está desenvolvendo duas pesquisas sobre logística reversa, rodando o Brasil para tentar acompanhar o Programa Recicla+ , além disso, assessora o Movimento Eu Sou Catador. Pontuou a importância de se pensar o catador como participante do processo e enquanto sujeito de negócio. Em seguida, passou a palavra para a Ana Virginia, professora de direito do trabalho, pesquisa e trabalha com catadores de resíduos desde 2014, tem como objeto os catadores e catadoras como trabalhadores, buscando seus direitos.

Sandro, apresentou-se como pesquisador, servidor do IPEA, informando que o IPEA possui histórico de relação com catadores, tendo, inclusive, participado da criação do programa Pró-Catador. Em 2010 foi a primeira vez que os catadores aparecem no CENSO como trabalhadores. A Promotora do Trabalho, Margarete Carvalho, apresentou sua extensa experiência com o tema e diversos trabalhos já realizados junto aos catadores e catadoras. Relatou que em 2013 e 2014 realizaram diversos seminários sobre o tema pelo Brasil, com participação também dos Ministérios, apresentando os projetos do Governo Federal sobre catadores. Pontuou a existência de grupo nacional dentro do MPT que acompanha a contratação de cooperativas de catadores nos Municípios. Além disso, fazem diagnóstico da cadeia produtiva de reciclagem, para assinar compromisso e reparar historicamente o grupo, penalizando também aquelas que não estão cumprindo as obrigações legais. Aponta que a prioridade, em sua análise, é rever o Decreto Recicla+. O Professor Jorge se apresentou, informou que desde 2012 faz pesquisa com catadores, tendo visitado as 24 cooperativas de catadores do DF. Possui pesquisa acadêmica da Graduação e Mestrado sobre catadores e resíduos sólidos. Possui também material com entrevistas com 53 entidades de todos os âmbitos federativos sobre o tema e a possibilidade de inclusão dos catadores na política de logística reversa. Fernanda, servidora do IPEA, apresentou-se informando que trabalhou com a temática por meio do CIISC, organizando o encontro nacional, e participou da elaboração do livro. Apontou a importância da participação do Ministério do Planejamento no debate sobre o tema, em razão da atividade do IBGE, além da importância de debater sobre os dados e previsões orçamentárias para o tema. A professora Ana Paula Bernardes, apresentou-se informando que trabalha com o tema desde 2010, sendo responsável por um estudo sobre modelos de logística reversa, foi responsável pelas negociações que envolviam os resíduos de vidro. Estuda a governança do sistema da logística reversa e como inserir o programa que é uma política pública e o catador e remunerá-lo no mercado, sem que seja como um trabalho análogo à escravidão, devido sua baixa remuneração à prestação de serviço para instituições privadas.

A Secretária Adjunta solicitou que os convidados encaminhem os materiais escritos para elaboração do relatório e fundamentação do decreto. A proposta do Ministro é a elaboração de dois decretos, uma vez que os dois temas em um único instrumento pode prejudicar a recriação do programa. Em seguida foram abertas as inscrições para explanação do tema pelos acadêmicos e pesquisadores.

Professora Valéria Barros, pontuou sobre o Decreto 11.044/22, em visita à diversos estados, observando que o próprio decreto precisa de uma revisão de alguns elementos. Pontuou que já existem discussões de substituição de alguns pontos que precisam ser alterados ou extintos do decreto 11.044, vez que os catadores são colocados em pé de igualdade com empresas,



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA-EXECUTIVA**

tornando inviável a atividade do catador. Ressalta a importância de trabalhar com capacitação dos catadores na reestruturação do Programa Pró Catador. A pandemia agravou muito a situação das cooperativas, tendo, sua grande maioria, interrompido suas atividades por falta de aparelhamento. Pontuou sobre a importância da pesquisa do IPEA, e a necessidade de um diagnóstico do número de catadores e cooperativas no Brasil.

Professora Ana Virgínia: Pontuou que a questão da qualificação dos catadores é central. 100% dos trabalhadores possuíam intervalo de jornada, onde todos cumpriam o horário de jornada normal. Isso pontua que o Programa Pró Catador possui condições de formalizar e fiscalizar as condições de trabalho dos catadores, enquanto trabalhadores informais.

A porcentagem dos catadores associados é muito pequena. As cidades são elementos chaves, por isso é tão relevante a participação das cidades para cumprir as políticas nacionais. Contudo, é preciso incentivo para inclusão dos catadores nessas políticas em âmbito municipal. Levantou os questionamentos: Como fazer com que as cidades se comprometam com a inclusão dos catadores, havendo segurança jurídica dos sujeitos e das políticas desenvolvidas? As associações sofrem a concorrência de empresas privadas. Os catadores tem direito aos resíduos?

Apontou, ainda, que o viés de sujeito de vulnerabilidade trata o catador como sujeito integrante da política nacional, não atribuindo caráter de promoção, e sim de participação e autonomia. Ressaltou a importância de reconhecer o catador como agente ambiental, promovendo a inclusão social. Pontuou que a questão das prefeituras é o direito ao resíduo.

O pesquisador do IPEA, Sandro, pontuou a existência de vários programas que trouxeram um acúmulo de experiências: Fornecimento de infraestrutura, relação BNDES. Ressaltou a importância da remuneração diante das demandas emergenciais desse grupo. Apontou a importância de desenvolver um diagnóstico de como a PNRS foi aderida em âmbito federativo. Sugeriu o pagamento de serviços ambientais na forma de moeda social e gerir o recurso enquanto uma poupança local.

A promotora, Dra. Margareth, lembrou os decretos de promulgação e extinção. Apontou que não se pode pensar em recriação do pro catador sem rever o que já foi criado. O material reciclado é considerado bem público que deve gerar renda e promover cidadania. Pontou que não podemos admitir que o decreto Recicla+ contenha tantas empresas inscritas como prioridade. Sendo necessário tornar obrigatória a contratação de associação e cooperativas. No decreto tem uma série de permissivos que excluiu os catadores da PNRS. O Programa Pró Catador, instituiu o CIISC e funcionou muito bem quando foi puxado pela secretaria geral da presidência. Pontuando preocupação de como será realizada a relação interministerial?

O professor Pedro apontou a necessidade de constar em ambos decretos os conceitos sobre reciclagem e logística reversa, além de termos como pagamentos dos serviços ambientais urbanos. Pontuou como objetivos do Pró Catador, sendo necessário alguns avanços: a



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA-EXECUTIVA**

promoção da reciclagem popular nas cadeias de logística reversa; promoção da alfabetização e fomento da inclusão digital dos catadores - PROEJA, sendo relevante a inclusão do MEC na discussão sobre o tema para ter uma meta clara; inclusão dos catadores informais em lixões e situação de rua, dentro do programa foi estimulado como contrapartida a inserção dessas pessoas, se não houver programa de compensação, isso se torna extremamente custoso e não acontece. Pontuou que é importante a inclusão dos catadores informais, mas a inclusão daqueles inscritos nas cooperativas também e, além disso, promoção de assistência às cooperativas para que estas possam inserir estes catadores.

Fernanda, pesquisadora do IPEA, ressaltou que o Recicla+ está relacionado a logística reversa, por isso é necessário o diálogo com os municípios. Apontou que é importante que haja igualdade material ao tratar sobre o tema em âmbito federativo, tendo em vista as desigualdades de cada região, uma vez que a temática do catador inclui outras pautas, sendo transversal. Relevante falar de capacitação de catadores, mas também de capacitação das pessoas que estão nos espaços municipais responsáveis pelo tema. Espaços de promoção do conhecimento para os gestores municipais. Fazer isso via unidade da federação ou por região, sendo interessante que esta ação esteja pautado dentro do CIISC. Solicita que o IPEA seja incluído na nova composição do CIISC para realizar as pesquisas e fornecer os dados.

Sugeriu que o BNDS e a Caixa façam parte do diálogo, para que seja tratado sobre financiamento para cooperativas. Pontuou a importância do Pró Catador para políticas em municípios reduzidos. Sugeriu a inclusão de catadores na Previdência Social, faz parte do acesso à renda dos catadores lutar contra fome e que esses catadores tenham acesso a renda por meio da previdência social.

Em seguida, Professor Jorge, cumprimentou o presente Niro Barrios e concordou com o que foi trazido pelos outros integrantes. Ressaltou que o silêncio do governo federal fez com que os estados membros se movessem sobre o tema (experiência de SP), sugerindo visitar os decretos estaduais. Apontou que existem programas atualmente que precisam ser estudados para que haja diálogo com os novos instrumentos. Sugeriu a retomada do CIISC com diálogo direto com os agentes de prefeituras.

A professora Ana Paula Bernardes, resgatou a fala da Dra. Margaret, ressaltando que o mercado privado ganha com a precarização da prestação de serviço dos catadores. Informou que enviará toda a sua fala por registro escrito. Pontuou que o Estado não possui infraestrutura de coleta. Apontou a função de entes estatais sobre o tema, pontuando que é preciso melhorar a governança à respeito dos sistemas de reciclagem e logística reversa. Relembrou decreto feito pela ABRAMPA, onde apontou preocupação em atribuir a responsabilidade ao dono da marca, com base em experiências internacionais. Explicou que possuímos dois sistemas de resíduo: logística reversa e catador, e reciclagem. O catador fica à deriva porque é uma demanda econômica, sendo necessária a combinação de fatores para acontecer. Concordou quanto a necessidade do CENSO, entendendo que o número de catadores irá diminuir com a melhora da economia. Pontuou que agora precisamos considerar que a população é volátil. Por isso, o censo precisa ter uma metodologia de cortes para reavaliação. Ressaltou que o Decreto 11.044/22 impacta o sistema de resíduo como um todo e não apenas os 5% de catadores, informando que temos 40% do nosso resíduo sendo disposto inadequadamente. Além disso, pontuou que precisamos pensar em como lidar com os



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA-EXECUTIVA**

fechamento dos lixões. Apontou que Recicla+ dispõe sobre sistema de crédito de material de reciclagem, sendo uma possibilidade de rastreamento deste material. Não há como melhorar sem fazer o setor produtivo se responsabilizar pelo seu produto. Apontou que precisamos pensar do ponto de vista de profissionalizar o catador, ele precisa oferecer contrapartida ao sistema, mas essa contrapartida precisa ser coordenada pelo estado, sendo necessária fiscalização de recursos que foram destinados para os movimentos e associações, pois não há prestação de contas. Ressaltou que a interfederalização é importante, pois quem aplica a legislação é o município, contudo, não possuem recursos financeiros e econômicos, estando quase tão expostos quanto os catadores, pois absorvem toda a conta da falha do sistema de resíduos.

Após as falas dos convidados a Secretária Executiva adjunta requereu o envio das contribuições acadêmicas por e-mail. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos lavrando-se a presente ata, a qual, após lida e aprovada por todos os presentes, segue assinada pela Secretária Executiva Adjunta, Tânia Maria de Oliveira.

Brasília-DF, 13 de janeiro de 2023.